



Ministério da Saúde  
Conselho Nacional dos Secretários de Saúde  
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT  
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2010  
16 DE DEZEMBRO DE 2010

Decisões / Encaminhamentos	
<b>1. Homologações e Certificações</b>	
a) Termos de Compromisso de Gestão Municipal (relação anexa). DAGD/SE.	a) Homologados.
<b>2. Discussões e Pactuações</b>	
a) Agenda tripartite para transição e calendário de reuniões da Comissão Intergestores Tripartite de 2011. MS/CONASS/CONASEMS.	<p>a) Pactuada com inclusão dos seguintes temas:</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Orçamento 2011 da União e dos estados.</li><li>✓ Fortalecer o desenvolvimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa, inclusive o repasse fundo a fundo de recursos a estados e municípios.</li><li>✓ Implementar agenda tripartite para a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, tendo em vista a criação da Secretaria de saúde Indígena – SESAI/MS, a reestruturação dos DSEIs e a transferência das ações de Atenção à saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA para o MS.</li></ul> <p>CONASS:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Debater as alternativas de gerência das unidades públicas de saúde.</li><li>✓ Implementar o espaço de discussão política na CIT, utilizando o bloco das apresentações e discussões para a pauta estratégica do SUS, a partir de demanda tripartite.</li></ul>

<p>b) Documento de diretrizes para organização das Redes de Atenção à Saúde do SUS. SAS/MS.</p>	<p>b) Pactuada.</p> <p>MS: apontou o avanço que o documento representa e ressaltou que a implantação de Redes, conforme diretrizes propostas, representa um desafio a ser enfrentado.</p> <p>CONASS: manifestou satisfação quanto ao conteúdo consensado no documento de diretrizes para organização de Redes de Atenção.</p> <p>CONASEMS: destacou a importância do documento.</p> <p>ENCAMINHAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Retornar ao GT de Gestão para revisão e correção de redação.</li> <li>✓ O documento de Diretrizes e Estratégias para Organização de Redes deverá ser publicado em Portaria, ainda no mês de dezembro/2010.</li> </ul>
<p>c) Minuta de Portaria que regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade para a troca de informações entre os sistemas de informação em saúde do Sistema Único de Saúde, nos níveis municipal, estadual e federal, sejam públicos e privados e de saúde suplementar. DATASUS/SE/MS.</p>	<p>c) Pactuada.</p> <p>CONASS destacou que esta questão vem sendo discutida há 10 anos e resalta a importância da pactuação. Aponta que a partir da publicação da portaria deve ser iniciado um processo de revisão dos sistemas de informação nacionais.</p> <p>CONASEMS solicitou que onde se lê: <i>nos níveis municipal, estadual e federal.....</i>, se altere para: <i>nas esferas municipal, estadual e federal...</i></p>
<p>d) Minuta de Portaria que regulamenta o incentivo financeiro destinado a municípios para a execução das ações laboratoriais de vigilância sanitária, na forma do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde. ANVISA/SVS/MS.</p>	<p>d) Pactuada.</p>
<p>e) Minuta de Portaria que institui diretrizes para reorganização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (SISLAB). SVS/MS.</p>	<p>e) Pactuada.</p>
<p>f) Minuta de Portaria que aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. DAF/ SCTIE/MS</p>	<p>f) Pactuada.</p>
<p>g) Minuta de Portaria que define recursos financeiros do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. SGTES/MS</p>	<p>g) Pactuada.</p> <p>CONASS considera esta uma política bem sucedida, entendendo lamentável a perda de recursos neste momento. Solicitou que em 2011 seja aprofundada a discussão sobre os cursos técnicos, cuja duração</p>

	<p>extrapola o exercício anual, de modo a possibilitar a flexibilidade de utilização de saldo de recursos que estão vinculados a esses processos, para o desenvolvimento de outros cursos, de modo que a continuidade do financiamento do curso de longa duração seja assegurada a cada ano.</p> <p>CONASEMS registrou a insatisfação com a redução dos recursos de R\$ 80 milhões, em 2009, para R\$ 30 milhões, em 2010, para educação permanente de trabalhadores.</p>
<p>Inclusão de Pauta</p> <p>h) Prazos estabelecidos na Portaria GM/MS Nº 1183, de 03 de junho de 2009, que altera a tabela de procedimentos, medicamentos e órteses, próteses e materiais especiais - OPM do SUS.</p>	<p>h) Pactuada prorrogação, por mais seis meses, dos prazos estabelecidos na portaria MS/GM nº 1183/2009.</p> <p>CONASEMS: solicitou inclusão do tema com vistas a prorrogar os prazos da portaria por mais 6 (seis) meses, em razão da necessidade de ser mantido no FAEC o procedimento de Mamografia, objetivando a formação de série histórica.</p>
<p>Inclusão de Pauta</p> <p>i) Prazos estabelecidos na Portaria GM/MS Nº 1.032, de 5 de maio de 2010, que inclui Procedimento Odontológico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SUS, para atendimento às pessoas com necessidades especiais</p>	<p>i) Pactuada prorrogação, por mais seis meses, dos prazos estabelecidos na Portaria MS/GM nº 1032, de 05 de maio de 2010, por mais seis meses.</p> <p>CONASEMS: solicitou a inclusão do tema tendo em vista a necessidade de manutenção, no Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação – FAEC, dos procedimentos dos odontológicos para pacientes com necessidades especiais por mais 6 (seis) meses, objetivando a formação de série histórica necessária à sua agregação ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC.</p>
<p>Inclusão de Pauta</p> <p>j) Prazos estabelecidos na Norma Reguladora 32 – NR32, que estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.</p>	<p>j) Pactuada.</p> <p>MS informou que será instituído grupo de trabalho para elaboração de estudo de viabilidade técnica, de impacto financeiro e planejamento da substituição dos materiais perfurocortantes por outros com dispositivo de segurança, conforme preconiza a NR32.</p> <p>CONASEMS solicitou a que o MS faça gestão junto ao Ministério do Trabalho solicitando prorrogação do prazo, bem como junto ao Ministério Público do Trabalho para que os gestores não sejam penalizados nesse período de vigência da NR32.</p> <p>ENCAMINHAMENTO: Elaborar proposta de aviso ministerial ao Ministério do Trabalho, com solicitação de prorrogação de prazo da Norma Regulamentadora nº 32.</p>
<p>Inclusão de Pauta</p> <p>k) Adesões municipais ao Pacto pela Saúde em janeiro 2011.</p>	<p>k) Pactuada a elaboração de <i>ad referendum</i> para as adesões municipais com entrada na Secretaria Técnica da CIT no mês de janeiro/2011.</p>
<p><b>3. Apresentações e Discussões</b></p>	
<p>a) UNA-SUS. SGTES/MS.</p> <p>CONASEMS: ressaltou a importância da pactuação das vagas pelos gestores do SUS e solicitou inclusão nos próximos editais de critério relativo à pactuação das</p>	

vagas nas Comissões Intergestores Bipartite.

b) Proposta preliminar da carreira Especial no âmbito do SUS para profissionais de saúde da Atenção Básica em áreas de difícil acesso e/ou provimento. SGTES/MS.

MS: enfatizou (i) que a carreira é especial, não devendo ser confundida com nacional ou federal; (ii) que a gestão dos profissionais dessa carreira ficará a cargo do gestor municipal; (iii) que o foco será na atenção básica.

CONASEMS: solicitou que a carreira seja para as 14 profissões ou uma carreira para o profissional médico, registrou a necessidade desse tema ser incluído na agenda política dos gestores, visto que demandará novos recursos, além do enfrentamento de questões como o salário do médico ser acima do salário dos Prefeitos.

CONASS: solicitou aprofundamento do estudo sobre outras causas da dificuldade de fixação de profissionais, visto que em algumas regiões o acesso e o salário não se configuram como principais dificuldades.

#### 4. Informes (anexos)

PROGESUS. SGTES/MS.

Projeto de pesquisa/diagnóstico sobre reposição da força de trabalho em saúde, junto com a Rede de Observatório de Recursos Humanos e em parceria com o CONASS e CONASEMS. SGTES/MS.

Programa Nacional de desenvolvimento Gerencial. SGTES/MS.

Programa Saúde na Escola – Portaria Interministerial MS/MEC – Repasse de recurso e processo de adesão. SAS/MS.

Encontro de contas: perfil municipal em relação ao déficit. DRAC/SAS/MS.

Inclusão - Publicação do Decreto de 15 de dezembro de 2010, que abre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, dentre outros, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente: os gestores manifestaram preocupação com o atraso no repasse dos recursos fundo a fundo de média e alta complexidade.